



Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337
Blumenau, v. 8, n. 4, p. 140-166, out./dez., 2012

doi:10.4270/ruc.2012435
Disponível em www.furb.br/universocontabil



ANÁLISE COMPARATIVA DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS, ESPANHOLAS, PORTUGUESAS E ANDORRA¹

COMPARATIVE ANALYSIS OF SUSTAINABILITY REPORTS OF BRAZILIAN, SPANISH, PORTUGUESE AND ANDORRA COMPANIES

ANÁLISIS COMPARATIVO DE INFORMES DE SOSTENIBILIDAD DE LAS EMPRESAS BRASILEÑO, ESPAÑOL, PORTUGUÉS Y ANDORRA

Francisco Alegria Carreira

Doutor em Ciências Empresariais pela
Universidad Autónoma de Madrid - España
Professor do Instituto Politécnico de Setúbal - ESCE/IPS
Endereço: Campus do IPS, Estefanilha
CEP: 2914-503 – Setúbal – Portugal
E-mail: francisco.carreira@esce.ips.pt
Telefone: +351.265.709.405

Cristina Morais da Palma

Doutoranda em Gestión y Economía de las Pymes
na Universidad de Huelva - España
Endereço: Universidad de Huelva, España
CEP: 21071 – Huelva – España
E-mail: cristina_toc@hotmail.com
Telefone: +351.966.588.132

RESUMO

O conceito de sustentabilidade tem tido uma projeção cada vez maior na sociedade. As organizações têm procurado integrar atitudes e comportamentos socialmente responsáveis e relatar o impacto que os mesmos têm ao nível interno e externo, nas vertentes económica, ambiental e social. As organizações, atentas às expectativas dos *stakeholders*, definem estratégias de gestão assentes na sustentabilidade, pelo que contribuem para o aumento de relatórios de sustentabilidade que são, anualmente, publicados concomitantemente com os relatórios de gestão e as contas anuais. Nesse sentido, visamos realçar o papel da sustentabilidade para a sociedade no seu todo e numa visão de longo prazo, referenciar vários contributos, nomeadamente da UE e GRI, e identificar a prática de relato adotada por parte de uma amostra de empresas ao longo de um período de oito anos. Perante esta nova preocupação social e global procurou-se aferir em que medida um conjunto de empresas

¹ Artigo recebido em 10.11.2011. Revisado por pares em 02.02.2012. Reformulado em 29.06.2012. Recomendado para publicação em 30.06.2012 por Ilse Maria Beuren (Editora). Publicado em 31.12.2012. Organização responsável pelo periódico: FURB.

brasileiras, espanholas, portuguesas e Andorra, que constituem a nossa amostra, cotadas e não cotadas em bolsa, dos setores de atividade da energia, energia *utilities* e financeiro, no período de 2000 a 2008 procedem ao relato sustentável, de modo a satisfazer as necessidades dos *stakeholders*. Concluímos que existe uma divulgação crescente dos relatórios de sustentabilidade, por parte das empresas da amostra, que é objeto de certificação por uma terceira entidade, independentemente, de serem ou não cotadas e de integrarem ou não os índices de referência da bolsa.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Responsabilidade Social. Relatórios de sustentabilidade.

ABSTRACT

The concept of Sustainability has had an increasing projection in society. The organizations have sought to integrate socially responsible attitudes and behaviours and report the impact that they have at the internal and external levels, on the economic, environmental and social aspects. Organizations, given the expectations of stakeholders, define management strategies based on sustainability, and contribute to increased sustainability reporting which are annually published concurrently with the annual reports and annual accounts. In this sense, the goal is to highlight the role of sustainability for society as a whole and a long-term vision, identify several contributors, notably, the EU and GRI, and to identify the reporting practice adopted by a sample of companies over a period of eight years. Faced with this new global social concern, it was tried to gauge to what extent a set of Brazilian, Spanish, Portuguese and Andorra, which constitute the sample, listed or not on the stock market, in the industries of energy, energy utilities and finances in the period from 2000 to 2008, proceed the sustainability report so as to meet stakeholder needs. It is concluded that there is a growing dissemination of sustainability report in the companies of the sample, which is to be certified by a third party, regardless of whether they are listed or not and integrate or not the benchmarks of the stock market.

Keywords: Sustainability. Social responsibility. Sustainability reporting.

RESUMEN

El concepto de sostenibilidad ha sido una creciente proyección en la sociedad. Las organizaciones han tratado de integrar las actitudes y los comportamientos socialmente responsables e informar sobre el impacto que tienen la interna y externa, en términos económicos, ambientales y sociales. Las organizaciones, teniendo en cuenta las expectativas de los interesados, definir estrategias de manejo basado en la sostenibilidad, y contribuir al aumento de los informes de sostenibilidad que se publica anualmente, al mismo tiempo que los informes anuales y las cuentas anuales. En este sentido, nuestro objetivo es destacar el papel de la sostenibilidad para la sociedad en su conjunto y una visión a largo plazo, citan varios colaboradores, en particular la UE, y para identificar y la práctica del GRI de informes adoptado por una muestra de empresas durante un período de ocho años. Frente a esta nueva preocupación social global y trató de evaluar el grado en que un conjunto de Brasil, español, portugués y Andorra, que constituyen la muestra, cotizadas y no cotizadas en bolsa, las industrias, energía, servicios energéticos y financieros en el período de 2000 a 2008 provienen del desarrollo de la historia, para satisfacer las necesidades de los interesados. Llegamos a la conclusión de que existe una creciente difusión de los informes de sostenibilidad por parte de la muestra, la cual debe ser certificada por un tercero, independientemente de si están en la lista y para integrar o no los puntos de referencia de la bolsa.

Palabras clave: Sostenibilidad. Responsabilidad social. Informes de sostenibilidad.

1 INTRODUÇÃO

É crescente a frequência com que o termo “Sustentabilidade” é projetado na linguagem das organizações, independentemente, da sua dimensão, estrutura e finalidade. O relato do desenvolvimento assente nos pilares económico, ambiental e social denominado, frequentemente, por relato sustentável, tem vindo a aumentar na última década.

As organizações elaboram relatórios de sustentabilidade para darem conhecimento, às suas partes interessadas, das acções e desempenho que têm conseguido concretizar aos níveis económico, ambiental e social, mas também para, numa pós-análise, adoptarem estratégias que melhor se coadunem com o desenvolvimento global.

Nesse sentido, estabelecemos três objetivos para a presente pesquisa: enaltecer a importância do conceito para a sociedade, rever os principais contributos sobre a temática e o papel dos intervenientes e, por último, identificar a prática de relato adotada por um conjunto de empresas, no tempo e no espaço e com diferentes dimensões, projeção e enquadramento setorial.

Para atingir tais desideratos estruturámos o estudo em duas componentes: uma, essencialmente teórica, em que se descreve a importância da sustentabilidade no relato empresarial, em termos de conteúdo, de oportunidade, de acesso e dos agentes e, outra, eminentemente empírica, na qual se desenvolve um estudo com 115 empresas, de quatro países, repartidos por três setores de atividade, que elaboram relatórios de sustentabilidade segundo as *guidelines* da GRI, num período alargado de oito anos.

Verificámos que os Relatórios e Contas apresentados pelas empresas centram-se, maioritariamente, nos aspetos de natureza económica e financeira e que nem sempre valorizam, devidamente, os aspetos de natureza ambiental e social, o que significa que são demasiado redutores do impacto da empresa no ambiente.

Nesse sentido, vários académicos realçam a importância da responsabilidade social, na qual se enquadra a transparência informativa, como um meio de transmitir aos *stakeholders* um conjunto de informações variadas com naturezas diversas englobadas no relatório de gestão ou em relatório autónomo, vulgarmente, designado de relatório de sustentabilidade.

Paralelamente a União Europeia e a *Global Reporting Initiative* têm pautado a sua atuação ao promover a sustentabilidade, através da definição da estratégia da UE para o desenvolvimento sustentável, da elaboração de *guidelines* e de suplementos setoriais com indicadores mais direcionados para alguns setores de atividade e de novas de formas de relato, designadamente o *Integrated Reporting*.

Constatámos um aumento na elaboração de relatório de sustentabilidade no período em estudo, por parte das empresas da amostra, sendo mais notório, numa primeira fase no setor da *energia utilities* e, numa segunda fase, no setor financeiro, o que comprova os esforços de empreendidos.

2 O RELATO SUSTENTÁVEL

O conceito de Sustentabilidade mais utilizado é “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987).

Este conceito é cada vez mais referido e reconhecido em várias áreas, do domínio público e privado, e relativo a organizações, países, ecossistemas, etc., o que, naturalmente, estimula o interesse da comunidade científica.

Willis (2012) refere que “*sustainability is all about facing the future – of devising ways and means to meet the environmental, social and economic challenges the future presents.*”(p. 10).

É pois, com naturalidade, que se entende os argumentos de Adams e Whelan (2009) ao

defenderem a importância do papel de governantes, académicos, ONG's, media e a própria indústria de CSR: "All five of these corporate stakeholders can act in such a way as to suggest to corporate actors that they need to change their patterns of CSD if they are to continue to maximise shareholder returns, or comply with the "basic rules of society" (p. 118).

As organizações estão, crescentemente, a disponibilizar às suas partes interessadas, frequentemente designadas por *stakeholders*, informação que proclamam relacionar-se com a Sustentabilidade.

"O primeiro passo em direcção a uma abordagem transparente é examinar como comunica os seus objectivos e informa acerca dos seus progressos. (...) As organizações assumem publicamente um conjunto de compromissos éticos e ecológicos, exibindo-os proeminentemente nos seus websites e documentos públicos." (ZEE, 2009, p. 46).

A forma mais comum de relatar a informação relacionada com a sustentabilidade é através dos Relatórios de Sustentabilidade que, embora possam assumir diferentes títulos, relacionam-se com a mesma temática e tendem a abranger conteúdos idênticos. Ainda assim, a sustentabilidade também pode surgir espelhada em relatórios e contas, *websites*, revistas, *newsletters*, brochuras, entre outros.

Nos relatórios e contas das organizações podem encontrar-se parágrafos dedicados à temática da sustentabilidade ou, mais comum, à responsabilidade social. A NCRF 26 – Matérias Ambientais – tem por objectivo prescrever critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação respeitantes aos dispêndios de natureza ambiental.

No entanto, apesar de casos específicos e pontuais, como o das matérias ambientais, contemplados para efeito de relato, continua a verificar-se a necessidade de elaborar um documento próprio, com uma estrutura comparável, exclusivamente dedicado a assuntos de natureza económica, ambiental e social, que contribuam para o conhecimento do desenvolvimento sustentável, como um todo.

Miller (2003) menciona que "*Each country has a different version of sustainability priorities...*", o que confirma a conclusão de Adams (2002) ao referir que "*The study finds that the process of reporting and decision making appears to depend on country of origin, corporate size and corporate culture*".

Assim, a cultura aliada à dimensão das organizações podem ser factores determinantes da capacidade de providenciar relato relacionado com a sustentabilidade, na medida em que, para que este se concretize, é necessário que as organizações tenham capacidade de canalizar recursos (humanos e financeiros) para todo o processo envolvido, desde a recolha e registo de dados, à transcrição dessa informação para uma linguagem comum transposta para os relatórios e, compreendendo ainda, a análise e decisão decorrentes deste processo.

Consequentemente, alguns executivos seniores (MILLER, 2003) e investidores (GIUNTA, 2009) consideram que dispêndios relacionados com as práticas de responsabilidade social demonstram um desvio de recursos para algo que não constitui o *core business* das organizações.

Cardoso (2006), mencionado por Ferraz (2007), refere que o custo associado ao comportamento socialmente responsável acaba por vir a ser compensado pelo mercado, numa perspectiva de médio longo prazo.

Para Abreu *et al.* (2005), as práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ocorrem por influência externa, influência de mercado e influência operacional, sendo que nos últimos quinze anos se observou um grande aumento na visibilidade das políticas de RSC (ZEE, 2009).

O desenvolvimento sustentável reflecte-se ao nível das decisões estratégicas e do desempenho relatado. Segundo Jimena (2006, pg. 8), "*More companies today are reporting on social, ethical and environmental issues around the world.*", o que significa que cada vez mais empresas encontram motivação para relatar aspectos ambientais e sociais para além dos

económicos, tradicionalmente associados ao relato financeiro.

A Comissão das Comunidades Europeias (CCE) tem procurado dinamizar e promover a sustentabilidade junto das organizações, lançando em 2002 a “Responsabilidade Social das Empresas: Um Contributo das Empresas Para o Desenvolvimento Sustentável”. Em 2006, o Conselho da União Europeia surge com a “Nova Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável”.

Promovido o conceito de sustentabilidade e a emergente necessidade deste ser considerado pelas organizações, em termos estratégicos, é importante idealizar-se a forma como se prestam provas, a todas as partes interessadas, das práticas sustentáveis adoptadas, baseadas nos três pilares, e do contributo das mesmas no contexto de sustentabilidade que envolve as organizações.

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização sem fins lucrativos, sediada na Holanda, que tem procurado disponibilizar linhas orientadoras e matrizes de indicadores que permitem, a todas as organizações, estruturar o seu relato sustentável, quer em termos de conteúdo, quer em termos de abrangência. A GRI tem uma solução de relato que pode ser utilizada por qualquer organização, independentemente da sua dimensão, estrutura, sector de actividade e localização.

Além das linhas gerais, a GRI tem procurado individualizar o relato por sector de actividade, desenvolvendo suplementos sectoriais que permitem relatar aspectos característicos, baseados em indicadores de desempenho que evidenciem as especificidades de cada sector. Estes suplementos de relato por sector têm o objectivo de complementar os relatórios de sustentabilidade de ampla adopção.

Estas *guidelines* propostas pela GRI estão assentes em princípios idênticos aos princípios contabilísticos estipulados no tratamento da contabilidade das organizações.

Para Dvorakova (2009), a visão que temos das empresas está a mudar de acordo com a adopção e desenvolvimento da sustentabilidade. Uma empresa começa a ser entendida como uma unidade revestida de carácter económico, social e ambiental e conseqüentemente a divulgação de informações a esses três níveis começa a ser impreterível. Mais, acrescenta que o uso consistente de informação multidimensional exige que a divulgação seja efectuada no relatório anual.

Acero (2009), refere que as divulgações de sustentabilidade têm-se tornado cada vez mais comuns nos últimos anos, particularmente no sector dos serviços financeiros, e que a qualidade da informação relatada está associada com o desempenho empresarial.

Embora exista um crescente incentivo a que as empresas elaborem os seus relatórios de sustentabilidade, incluindo as vertentes social e ambiental paralelamente à económica, existem algumas fronteiras a ultrapassar, como por exemplo estabelecer “(...) *whether the report refers to the group, the holding company, or other group entities, because it is important to identify the real subject of the report.*” (ANDREI; PESCI, 2009, p.6).

Para conferir maior credibilidade ao relato, a GRI propõe que as próprias organizações possam atribuir uma classificação aos seus relatórios de sustentabilidade, baseada na autoavaliação do conteúdo dos indicadores relatados. Esta autoavaliação pode ser certificada por uma terceira entidade, que pode ser a própria GRI ou outra com relevância e competências para tal.

A transparência que as organizações procuram facultar, ao elaborarem relatórios de sustentabilidade, pode ser ampliada, tanto mais, quanto maior a dimensão do que relatam. Ao adoptarem os suplementos de relato sustentável, propostos pela GRI, que já se encontram disponíveis para algumas áreas de negócio, as organizações estão a disponibilizar facultativamente um maior número de informação aos *stakeholders*.

Esta informação, mais pormenorizada e específica do sector de actividade que exercem, complementa os relatórios de sustentabilidade publicados pelas organizações. Os

indicadores de desempenho contidos nos suplementos sectoriais complementam os indicadores de carácter geral, nunca os substituem.

É evidenciada a compatibilidade entre as motivações do relato e os impactos gerados pelos relatórios de sustentabilidade, sendo esses impactos avaliados como positivos e superantes das expectativas iniciais, revelando uma satisfação global das empresas portuguesas com a elaboração dos relatórios e uma pretensão de continuar a utilizar e a investir neste tipo de comunicação, conforme afirmam Mendes e Sardinha (2009).

3 A GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI) E O RELATO SUSTENTÁVEL

A GRI, já referida anteriormente, é uma organização que tem desenvolvido um trabalho contínuo na promoção do relato sustentável, a nível mundial. Empenhada em integrar equipas de trabalho que englobem profissionais, organizações e outras entidades com interesse directo na matéria, os resultados têm permitido uma evolução nas matérias consideradas relevantes, em termos de relato do desenvolvimento sustentável das organizações.

Não existe uma única definição globalmente aceite de relatórios de sustentabilidade, nem um formato comumente aceite de como os relatórios de sustentabilidade deve ser elaborados, no entanto, a publicação dos mesmos está a crescer a um ritmo acelerado, decorrente por parte do público,“(…) *call for better corporate governance, transparency and accountability*” (DILLING, 2010, p. 20). Dilling (2010) concluiu no seu estudo que as empresas que publicam de acordo com as *guidelines* G3 do GRI têm certas características, tais como legislação de responsabilidade social, localização, sector, lucros e situação de crescimento.

Em 2000 a GRI disponibilizou a primeira “framework” de orientação para o relato sustentável (G1), com 50 organizações a adoptá-la nesse mesmo ano. O empenho em aperfeiçoar a transparência do relato permitiu lançar em 2002, um segundo quadro, mais completo, de linhas orientadoras (G2), sendo que, 150 organizações elaboraram relatórios de sustentabilidade nesse ano, seguindo as linhas orientadoras da GRI.

Com o passar dos anos, o número de organizações relatoras que seguem as *guidelines* providenciadas pela GRI tem aumentado. O facto de os *stakeholders*, como já foi referido, serem cada vez exigentes em matéria de transparência e abrangência, relativamente ao desempenho das organizações, não permite que o trabalho da GRI se dê por concluído.

Em 2006 a GRI disponibilizou a G3, terceira geração de linhas orientadoras para o relato, que contem um vasto número de indicadores de natureza económica, ambiental e social, bem como orientações para a inclusão de conteúdos, quer em termos de relevância, quer em termos de extensão do relato. O relato sustentável assume, cada vez mais, o carácter de transparência desejado pelas partes interessadas.

Já em Março de 2011, a GRI disponibiliza mais uma actualização em matéria de relato sustentável, a G3.1. Esta versão acaba por ser uma conclusão da anterior G3, que fornece orientações sobre como as organizações podem revelar o seu desempenho de sustentabilidade, expandindo o relato e englobando aspectos relacionados com os Direitos Humanos, os Impactos na Comunidade Local e Género (“*Human Rights, Local Community Impacts, and Gender*”, GRI website).

O compromisso da GRI no desenvolvimento contínuo do relato sustentável é incessante, pelo que, está previsto para 2013 o *release* da G4, uma quarta geração de linhas orientadoras para o relato, que pretendem conferir ao mesmo um maior nível de concentração de informação e relevância da mesma. Este desenvolvimento resulta da consultoria de diferentes partes interessadas no relato sustentável, a nível internacional, e tem por objectivo elevar o valor dos relatórios para os seus usuários.

A qualidade dos relatórios de sustentabilidade é importante pela comparabilidade e

pelo seu conteúdo, sendo reconhecido por Guidry e Patten (2010), uma vez que as “companies issuing high-quality reports exhibit significantly more positive market reactions than firms releasing lower reports” (2010, p. 44).

A GRI também faz parte do *South Africa's Integrated Reporting Committee*, uma organização criada em Maio de 2010, que tem por objectivo propor às organizações a elaboração de um único relatório anula, que contemple as tradicionais informações de gestão de forma integrada com a sustentabilidade da organização, nos seus aspectos económico, ambiental e social. Desta forma, o comité pretende, envolvendo diferentes partes interessadas, criar normas internacionais para a elaboração dos relatórios integrados.

A existência de um único documento que consagre informações financeiras e não financeiras não significa que o relato seja integrado. Não é o documento em que si que constitui o significado de *One Report* ou *Integrated Reporting*. A abrangência está em integrar a informação, evidenciando de que forma uma afecta a outra ou como se interliga, para além do facto de pressupor um lugar aberto à discussão por parte dos *stakeholders*, cuja oportunidade de feedback será fundamental neste objectivo de integrar o relato das organizações (ECCLES; KRZUS, 2010).

4 ESTUDO EMPÍRICO

O trabalho empírico ilustra a importância do relatório de sustentabilidade manifestado, quer pelas empresas que os elaboram, quer pela entidade que os recebe e divulga, quer ainda pela visibilidade e acessibilidade perante os *stakeholders*.

Como amostra tomou-se como referência as empresas de três sectores de actividade - energia, energia *utilities* e serviços financeiros - de quatro países - Andorra, Espanha, Brasil e Portugal - que elaboraram relatórios de acordo com as *guidelines* do GRI e os divulgaram a essa mesma entidade, nos anos de 2000 a 2008, e que esta organização disponibiliza na sua página *web*, o que evidencia uma responsabilidade económica e social acrescida.

A escolha dos sectores está relacionada com o impacto que as suas actividades têm na sociedade em termos económicos, ambientais e sociais. A eleição dos países deve-se à proximidade geográfica e às relações económicas e sociais com Portugal.

Como metodologia procedeu-se a uma análise de conteúdo assente na transformação de informação qualitativa existente na página *web* do GRI (<http://www.globalreporting.org/Home>), no dia 11 de Dezembro de 2010, para aferir da existência e natureza do relatório de sustentabilidade, em informação quantitativa, que consistiu na verificação do tipo de *guideline*, de classificação, de entidade certificadora, da existência de suplemento sectorial e do ano de disponibilização do relatório.

Os dados obtidos foram objeto de registo ou transpostos para o programa *Excel*, uma das ferramentas do *Microsoft Office* e, posteriormente, exportados para o programa *Statistical Package Science Social* (SPSS), versão 17, para *Windows*, onde se procedeu a uma análise estatística descritiva e de tabelas cruzadas, cujos resultados estão expostos no capítulo seguinte.

5 RESULTADOS OBTIDOS

5.1 Aspectos Gerais da Amostra

A amostra é composta por 115 empresas, distribuídas por quatro países e três sectores de actividade, conforme os Quadros 1 e 2. O peso maioritário é das empresas espanholas (com 56%), seguindo-se as empresas brasileiras (com 38%) e a larga distância as empresas portuguesas e de Andorra (com 5% e 1%, respectivamente).

O sector de actividade preponderante é o dos serviços financeiros (com 65 empresas, que representa 57% da amostra), e os restantes dois sectores (energia e energia *utilities*) têm uma dimensão muito próxima (com 23% e 21% da amostra, respectivamente).

País	Frequência	%	País	Frequência	%
Portugal	6	5%	Energia	26	23%
Espanha	64	56%	Energia <i>Utilities</i>	24	21%
Andorra	1	1%	Serviços Financeiros	65	57%
Brasil	44	38%	Total	115	100%
Total	115	100%			

Quadro 1 – Países da Amostra

Quadro 2 – Sector de Atividade Económica

A maioria das empresas da amostra não são cotadas em bolsa (cerca de 65%), sendo que um terço da amostra está cotada nas Bolsa de Madrid ou Bolsa de São Paulo, conforme Quadro 3. Paralelamente, a quase totalidade das empresas cotadas integrara um índice bolsista (que representam 97%), sendo que nos deparámos com nove índices ou simultaneidade de índices, conforme se ilustra no Quadro 4.

Bolsa	Frequência	%	Índice	Frequência	%
Euronext	5	4%	PSI20	4	3%
Não Cotadas	75	65%	Índice Energia Eléctrica	1	1%
Bolsa Madrid	18	16%	Não Integra nenhum Índice	4	3%
Bolsa São Paulo	17	15%	IBEX35	7	6%
Total	115	100%	Não Aplicável	75	65%
			BM-IndicesPetroleo/Energia	2	2%
			IBEX35 + BM-IndPetroleo/Energia	6	5%
			IBEX35 + BM-IndServ.Financ. e Imobiliários	4	3%
			IBOVESPA	2	2%
			IndSustentabilidadeEmpresarial(ISE)	1	1%
			IBOVESPA + ISE	9	8%
			Total	115	100%

Quadro 3 - Bolsa de Valores

Quadro 4 - Índices Bolsistas

As empresas espanholas que apresentaram relatórios de sustentabilidade e que integram os Índices Bolsistas da Bolsa de Madrid, repartem-se por quatro situações distintas: *ibex35* (3%), índice de energia (1%), índices de petróleo/energia (2%), *ibex35* com índices de petróleo/energia (5%) e *ibex35* com índices de serviços financeiro (3%), os quais atingem 16%, o que é exactamente igual à percentagem das empresas cotadas.

Por seu turno, do total das empresas brasileiras cotadas na Bolsa de São Paulo 12 em 17 empresas (o que equivale a 11%), é que integram os seus índices, nomeadamente o *Ibovespa* (com 2 empresas), Índice de Sustentabilidade Empresarial (com 1 empresa) e *Ibovespa* com Índice de Sustentabilidade Empresarial (com 9 empresas).

Quanto às empresas portuguesas 4 das 5 integram o índice de referência da praça Lisboa, o que representa 3% do total da amostra.

Assiste-se à utilização de várias designações para o relatório em estudo, contudo as mais usuais são a de *Sustainability Report* e *Corporate Social Responsibility Report*, com 47 casos cada uma, o que equivale a um total de 82% da amostra, como se evidencia no Quadro 5. Paralelamente, há 13 empresas que desenvolvem estas temáticas no seu Relatório e Contas

anual (11%).

Relatório	Frequência	%
Sustainability	47	41%
Business Sustainable Development	1	1%
Corporate Citizenship	2	2%
Environmental	1	1%
Annual Report	13	11%
Corporate Social Responsibility	47	41%
Businee Environmental Social	3	3%
Novo Banco para Nova Sociedade	1	1%
Total	115	100%

Quadro 5 - Título dos Relatórios

5.2 Aspectos Descritivos do Estudo

Após a análise da amostra, passou-se ao estudo dos relatórios, propriamente ditos, em termos, da evolução no período entre 2000 e 2008, dos tipos de orientação ou *guidelines*, de classificação, da entidade certificadora, da existência de suplemento sectorial e do ano de disponibilização do relatório.

O Quadro 6 apresenta a evolução dos Relatórios se Sustentabilidade no período em análise e constata-se uma evolução favorável dos mesmos, de 0 (zero), em 2000, para 85, em 2008. O ano em que mais relatórios foram elaborados foi 2007, com 87.

Relatório	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Apresentados ao GRI	0	3	8	17	28	40	65	87	85
Evolução, Em N°	-	3	5	9	11	12	25	22	-2
Evolução, Em %	-	-	167%	113%	65%	43%	63%	34%	-2%

Quadro 6 – Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade Apresentados ao GRI, 2000/2008

A adoção das *guidelines* (G1, G2 ou G3) seguem, em geral, os anos em que foram publicadas pela GRI, ou seja, o G2, em 2002, e o G3, em 2006, daí que, de 2002 a 2005, haja uma supremacia do G2 e de 2006 a 2008 se registre um domínio do G3, conforme Quadro 7.

Guidelines	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
GRI - G1	1			1			1	
GRI - G2	2	8	17	26	35	4		
GRI - G3				1	5	61	86	85
Não Aplicável	112	107	98	87	75	50	28	30
Total	115	115	115	115	115	115	115	115

Quadro 7 - Evolução das Guidelines dos Relatórios de Sustentabilidade Apresentado ao GRI, de 2000 a 2008

Relativamente às classificações dos Relatórios de Sustentabilidade verifica-se que nos primeiros anos em análise (de 2001 a 2005) prevalecia um índice de conteúdos e uma declaração de conformidade, enquanto de 2006 a 2008, é adoptada uma nova classificação, tipo *ranking*, de A a C, que resulta de um processo de autoavaliação por parte de cada uma das empresas. Acresce que esse relatório de autoavaliação se for confirmado por uma entidade externa origina uma notação de + à letra, anteriormente, obtida.

Assim, verifica-se uma supremacia da classificação A (com cerca de 170 casos),

seguida da B (com 32 casos) e da C (com 24 casos), nos três anos de estudo. A grande maioria das empresas objecto da nossa amostra confirmaram a sua classificação por parte de uma entidade externa, o que conduziu a que A+ apresentasse 147 casos (o que equivale a 86%, do total das classificações A) e o B+ tivesse 23 casos (o que equivale a 72%, do total das classificações B), conforme Quadro 8.

Apenas 3 das 24 empresas com classificações C (o que equivale a 13%) obtiveram a confirmação C+.

Classificação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Índice Conteúdos	2	4	6	8	9			
Em Conformidade		4	11	19	26	4		
Em Branco	1			1		1	2	3
A+					4	42	46	59
A						4	11	8
B+						4	3	3
B					1	3	13	5
C+						2		1
C						5	10	6
Não Aplicável	112	107	98	87	75	50	28	30
Não Declarado							2	
Total	115	115	115	115	115	115	115	115

Quadro 8 - Evolução das Classificações dos Relatórios de Sustentabilidade Apresentado ao GRI, de 2000 a 2008

Quanto às entidades certificadoras (entidade externa que valida o relatório de autoavaliação) verifica-se que há uma clara supremacia do GRI face às restantes, com 195 certificações, num total de 333 no período de 2001 a 2008 (o que equivale a 59%), seguidos só da autoavaliação, com 23%, da não identificação da entidade certificadora, com 12%, e certificado por terceira entidade, com 6%, como está evidenciado no Quadro 9.

Entidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Auto Avaliação		2	3	10	15	14	23	11
GRI		2	8	8	16	46	56	59
Terceira Entidade				1	1	4	4	11
Sem Entidade Certific.	3	4	6	9	8	1	4	4
Não Aplicável	112	107	98	87	75	50	28	30
Total	115	115	115	115	115	115	115	115

Quadro 9 - Evolução das Entidades Certificadoras dos Relatórios de Sustentabilidade Apresentado ao GRI, de 2000 a 2008

A grande maioria dos relatórios de sustentabilidade (316 relatórios, que equivale a 94%) são apresentados ou disponibilizados no ano seguinte ao que dizem respeito sendo, contudo admissível a apresentação no próprio ano, com 14 casos (que representam cerca de 4%) ou nos dois anos seguintes, com 7 casos (equivale a 2%), conforme Quadro 10.

Apresentação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
No próprio ano		2	2	2	4	3		1
Um ano depois	3	6	15	24	35	60	85	84
Dois anos depois				2	1	2	2	
Não Aplicável	112	107	98	87	75	50	28	30
Total	115	115	115	115	115	115	115	115

Quadro 10 - Evolução das Apresentações dos Relatórios de Sustentabilidade Apresentado ao GRI, de 2000 a 2008

5.3 Análise Cruzada do Estudo

Procurou-se neste capítulo proceder a uma análise cruzada, primeiro, entre características gerais (objecto de estudo no capítulo 5.1) e, segundo, entre as características gerais e as variáveis de sustentabilidade (objecto de estudo no capítulo 5.2).

A primeira análise realizou-se entre características da amostra, ou seja, entre o sector de actividade económica (vulgarmente conhecido por CAE) e a evolução do relatório de sustentabilidade, o país de origem das empresas objecto de estudo, as bolsas de valores, o índice bolsista e o título do relatório.

A evolução do Relatório de Sustentabilidade por CAE, no período de 2001 a 2008, evidencia um crescimento na elaboração e apresentação destes relatórios nas três actividades económicas em estudo, mas de um modo diferente (conforme Anexo I).

As empresas do sector da *energia-utilites* apresentam nos primeiros anos (2001 a 2003) um maior número de relatórios (alcançando 7) face aos demais sectores económicos mas, a partir de 2004, é o sector financeiro que ganha relevo face aos demais, chegando a apresentar 49 relatórios (no ano de 2007).

A relação entre a CAE e país (Anexo II), verifica-se que a maioria das empresas da amostra são espanholas (64 empresas, que representam 56% da amostra), e desenvolvem sobretudo uma actividade financeira (46 empresas) e as outras 18 empresas repartem-se de forma igual pelas outras duas actividades.

As empresas brasileiras são 44, o que equivale a 38% da amostra, e o maior número de empresas é relativo ao sector de energia (com 17 casos), seguido dos serviços financeiros e *energia-utilities* (com 14 e 13 empresas, respectivamente).

As empresas portuguesas são 6, que representam 5% da amostra, e repartem-se pelos serviços financeiros (4 empresas) e *energia-utilities* (com 2 empresas). Finalmente, Andorra é representada por uma empresa do sector financeiro.

No que respeita à relação entre CAE e Bolsa de valores verifica-se um número próximo de empresas cotadas na Bolsa de Madrid e de São Paulo (com 18 e 17 empresas, o que equivale a 16% e 15%, respectivamente), e a grande distância as empresas cotadas na Euronext (que representam 4% da amostra), conforme Anexo III. O sector de actividade mais cotado é o financeiro em qualquer das bolsas, sendo que as empresas de energia e *energia-utilities* cotadas na Bolsa de Madrid e de São Paulo apresentam números muito próximos ao do sector financeiro.

Em relação à análise com o índice bolsista (Anexo IV), verifica-se que as empresas que apresentam relatório de sustentabilidade integram os índices IBOVESPA+ISE e IBEX35 (com 9 e 7 casos, o que se traduz em 23% e 18%, respectivamente), sendo essas empresas do sector financeiro (com 18 casos), contra os sectores da energia e *energia-utilities* (com 11 casos cada um).

Noutras posições encontramos as empresas que compõem o PSI20 e IBEX35+Índice Petróleos e Energia (4 casos, 10%), sendo que o número de empresas que não integram qualquer índice de referência bolsista é, igualmente, de 4, sendo mais representado o sector da

energia.

Quanto ao título do relatório há uma clara preponderância para *Sustainability* e *Corporate Social Responsibility* (CSR), ambos com 47 casos (o que equivale a 41% cada). Verifica-se que o sector financeiro dá preferência à designação CSR, com 41 casos, num total de 65 relatórios, face aos sectores da energia e *energia-utilities* que privilegiam *Sustainability*, com 12 e 20 casos, num total de 26 e 24 casos, respectivamente (Anexo V).

A segunda análise sobrepôs ou estudou as relações entre as características da amostra (país, CAE, bolsa de valores e índice bolsista), com as características intrínsecas, que são o relatório de sustentabilidade, o título do relatório, as *guidelines*, a classificação e a entidade certificadora.

Assim, na relação entre os países e as variáveis em análise constatámos o seguinte:

- Face ao relatório de sustentabilidade verifica-se uma adesão crescente, desde 2001, a este tipo de relatório, em todos os países, assumindo maior expressão em Espanha e Brasil (Anexo VI);
- O título do relatório adoptado depende, efectivamente do país, uma vez que, Portugal e Brasil preferem a *Sustainability* (com 6 e 30 designações num total de 47, o que perfaz 77% do total), e Espanha e Andorra recorrem ao *Corporate Social Responsibility* (com 42 e 1 designações, num total de 47, o que equivale a 91%), conforme Anexo VII;
- Perante as *Guidelines* a esmagadora maioria das empresas de todos os países seguiram a G2, entre 2002 e 2005, e a G3 a partir de 2006, que está em consonância com a publicação dessas directrizes (Anexo VIII);
- A classificação mais atribuída é a de A+ (com 59 casos, o que representa 70%), e A (com 8 casos, o que equivale a 9%), com maior expressão, em 2008, independentemente no país em estudo (Anexo IX). Estes números expressam a qualidade e o reconhecimento externo do relatório produzido pelas empresas;
- A entidade certificadora mais adoptada, em 2008, é a GRI, com 43 casos (cerca de 62%) seguida de terceira entidade e autoavaliação (entendida só como processo por parte da empresa), com 11 casos cada (que represente 16% cada), independentemente do país. Merece realce que a ponderação da autoavaliação tem diminuído ao longo do estudo passando de um máximo de 47%, em 2003, para 16%, em 2008, sendo mais expressiva no caso das empresas brasileiras (Anexo X). São, essencialmente, as empresas de Espanha (cerca de 62% da amostra), aquelas apresentaram Suplementos Sectoriais, em 2008, seguidas das do Brasil (com 28%) e de Portugal (4 em 6 empresas).

Já no que respeita à relação entre a CAE e as variáveis em estudo verificámos o seguinte:

- Os sectores da energia e *energia-utilities* foram aqueles que entregaram mais Relatório de Sustentabilidade, de 2001 a 2003, tendo sido ultrapassados a partir de 2004, pelo sector financeiro que, em 2008, atinge um número de relatórios superior aos outros dois sectores juntos (Anexo XI);
- Há uma relação entre o título do relatório e o sector de actividade, uma vez que, as empresas do sector financeiro adoptam, preferencialmente, a designação (41 *Corporate Social Responsibility* num total de 56, que corresponde a casos 73%), enquanto as empresas da energia e da energia-utilities preferem a *Sustainability* (12 e 20, num total de 26 e 24 casos, respectivamente), como está patente no Anexo XII;
- As *Guidelines* utilizadas foram as mais actualizadas nos diferentes momentos: G2 por parte de todas as CAE, de 2001 a 2005 e a G3, igualmente, em todos os sectores

- a partir de 2006, atingindo o máximo no ano de 2008, como exposto Anexo XIII;
- As classificações A+ e A são as mais atribuídas (com 59 e 8 casos, que representam cerca de 79%), independentemente do sector de actividade, conforme Anexo XIV, o que significa que reportam todos os indicadores e que a maioria certifica os relatórios produzidos;
 - A Entidade Certificadora mais adoptada em todos os anos e sectores de actividade foi a GRI, com 59 casos (cerca de 70%), seguida a longa distância de uma terceira entidade e, apenas da autoavaliação (ambas com 11 casos, que representam 13%). O número de empresas que não apresentam qualquer certificação tem diminuído, atingido o máximo de 9 (em 2004) e um mínimo de 1 (em 2006), que representam entre 10% e 5%, respectivamente, como está desenvolvido no Anexo XV. Em 2008, 39 empresas (cerca de 46%) apresentaram um Suplemento Sectorial, sobretudo devido às empresas do sector financeiro (com 31 casos) e da *energia-utilities* (com 8 casos) e nenhuma da energia.
 - Por sua vez, na relação entre a Bolsa de Valores e as variáveis em análise averiguámos o seguinte:
 - O relatório de sustentabilidade é, crescentemente, apresentado por empresas, quer cotadas em bolsa, em maior número na Bolsa de Madrid e de São Paulo (que representam 20% e 15%, em 2008, respectivamente), quer não cotadas (59%, em 2008), conforme Anexo XVI;
 - A designação atribuída ao relatório depende, em grande medida da bolsa de valores, uma vez que, a totalidade das empresas cotadas na *EuronextLisbon*, 65% das empresas cotadas na Bolsa de São Paulo e em menor escala, 22% das empresas cotadas na Bolsa de Madrid e 36% das empresas não cotadas adoptam a expressão *Sustainability*, enquanto 52% das empresas não cotadas e 44% das empresas cotadas na Bolsa de Madrid recorrem à expressão *Corporate Social Responsibility*. De referir ainda, 6 empresas não cotadas, 4 e 3 cotadas nas Bolsas de São Paulo e de Madrid, respectivamente, inserem a temática em observação no Relatório Anual. Outros detalhes constam do Anexo XVII;
 - O que foi dito anteriormente para as *Guidelines* mantêm-se, não existindo qualquer relação entre a adopção de um tipo de *guidelines*, como está evidenciado no Anexo XVIII;
 - As principais classificações são A+ e A sobretudo, em 2008, independentemente, do facto de estar cotada e em que bolsa de valores (Anexo XIX);
 - A entidade certificadora maioritária é a GRI, situação que é crescente ao longo do período em estudo e não há qualquer relação com a cotação ou não cotação em bolsa de valores (Anexo XXX).

Finalmente, na relação entre o Índice Bolsista e as variáveis em análise apurámos o seguinte:

- Não há qualquer relação entre a composição de um determinado índice bolsista e a elaboração de relatório de sustentabilidade (Anexo XXXI);
- O título do relatório está relacionado com o índice bolsista registando-se o seguinte agrupamento: Em *Sustainability*, por parte das empresas do PSI20 (9%), IBOVESPA+ISE (13%), não integram nenhum índice (9%) e não cotadas (57%); *Corporate Social Responsibility (CSR)*, por parte das empresas do IBEX35 (9%), e não cotadas (83%); As empresas que integram o IBEX35+Índice Petróleo/Energia adoptam *Sustainability*, *CSR*, *Corporate CitizenShip* e *Business Sustainable Development*, como está patente no Anexo XXXII;
- Até 2005 há a preponderância da *Guideline G2*, derivada das empresas integram os índices PSI20, IBEX35, Índice Petróleo/Energia, IBEX35+Índice Petróleo/Energia

e das empresas que não estão cotadas, e de 2006 a 2008 a *guideline*, maioritariamente, adoptada é a G3 pela generalidade das empresas que integram os diversos índices bolsistas e não bolsistas (Anexo XXXIII) e que evidencia a adopção de directrizes mais actualizadas;

- A maioria das classificações são A+ e A atribuídas a empresas que integram os índices ou não cotadas, sendo que há 7 e 5 empresas não cotadas com a classificação C, em 2007 e 2008 (Anexo XXXIV);
- A maioria das empresas que integram os índices observados apresentam os seus relatórios de sustentabilidade certificados pela GRI (46%) e 20 empresas apresentam somente a sua autoavaliação (15, em 2007 e 5, em 2008) e 6 não têm entidade certificadora (4, em 2007 e 2, em 2008) são empresas não cotadas (Anexo XXXV).

6 CONCLUSÕES

São cada vez mais as organizações que elaboram relatórios de sustentabilidade criando, assim, uma oportunidade de comunicar a todas as suas partes interessadas, qual tem sido o seu percurso e qual o caminho que pretendem seguir, sempre que considerados os impactos que a sua actividade tem em termos económicos, ambientais e sociais.

Paralelamente, deparamos com organizações cuja missão é incentivar e apoiar a elaboração de relatórios de sustentabilidade, de modo a que estes possam ser comparados e, verdadeiramente, úteis a quem consulta as informações divulgadas. Aliado ao trabalho destas organizações, de que a GRI é exemplo, está a incessante preocupação de um conjunto de profissionais de várias áreas do conhecimento, nomeadamente, nas ciências sociais e nas ciências empresariais (na qual se enquadra a contabilidade e a gestão), partes interessadas nesta matéria, de cooperar na evolução e dinâmica do relato, em termos de forma, conteúdo, canais de divulgação e mecanismos de *feedback*.

Constatamos que as empresas estão, cada vez mais, a enviar informação para a Comunidade, mas a responsabilidade social das organizações passa também por receber, processar, analisar e responder às perguntas, inquietações e demais comentários que retornem da divulgação e publicação dos relatórios de sustentabilidade. Esse fluxo de informação bilateral pode contribuir para uma maior consciência do contributo de um relatório de sustentabilidade.

Independentemente de serem ou não empresas cotadas, ou de integram alguns dos índices bolsistas, as empresas objecto de estudo preocupam-se com a sustentabilidade, pelo que elaboram relatório desta natureza designando-o ora de *Sustainability*, ora de *Corporate Social Responsibility*.

As empresas portuguesas e brasileiras e a generalidade das empresas dos sectores de energia *energia-utilities* preferem o termo *Sustainability* para título do relatório, enquanto as empresas espanholas e de Andorra recorrem ao *Corporate Social Responsibility* que, também, é adoptado pela maioria das empresas do sector financeiro.

A apresentação do referido relatório foi crescente e sustentado ao longo dos oito anos de estudo, sendo que expressa as várias *guidelines* do GRI (primeiro a G2, de 2002 a 2005, e segundo a G3, a partir de 2006), é objecto de posterior confirmação por terceira entidade (pelo que recebe a notação +) e é certificado por entidade externa (em que o GRI ganha preponderância).

O sector da *energia-utilities* foi aquele que nos primeiros anos apresentou mais relatórios, mas foi ultrapassado pelo sector financeiro a partir de 2007.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R., DAVID, F. & CROWTHER, D. Corporate Social Responsibility in Portugal: Empirical evidence of corporate behaviour. **Corporate Governance: An International Review**. v. 5, n. 5. p. 3-18, 2005. <http://dx.doi.org/10.1108/14720700510630013>
- ACERO, I. An evaluation of sustainability reporting in the banking industry. In: Annual congress of the European Accounting Association, 32., May, Finland, 2009. **Proceedings...** 2009.
- ADAMS, Carol A. Internal organisational factors influencing corporate social and ethical reporting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 2, p. 223-250, 2002. <http://dx.doi.org/10.1108/09513570210418905>
- ADAMS, Carol A. e WHELAN, Glen. Conceptualising Future Change in Corporate Sustainability Reporting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 22, n.1, p. 118-143, 2009. <http://dx.doi.org/10.1108/09513570910923033>
- ANDREI, P. & PESCI, C. Boundary of Social Report. In: Annual congress of the European Accounting Association, 32., May, Finland, 2009. **Proceedings...** 2009.
- BRUNDTLAND, G. **Our Common Future**, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ocf-02.htm>>. Acesso em: 04 Jan. 2010.
- CARDOSO, C. **Comportamento Organizacional e Gestão**. Editora RH: Universidade do Minho, 2006.
- CARREIRA, Francisco e PALMA, Cristina. **Desenvolvimento Sustentável: Estudo sobre Indicadores para o Sector da Construção**. In: Conferência de Investigação e Intervenção em Recursos Humanos 2010 - Dilemas de uma sociedade em transformação, Setúbal, Portugal, 2010.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Responsabilidade Social das Empresas: Um Contributo das Empresas Para o Desenvolvimento Sustentável**, 2002. Disponível em: <http://europa.eu/documentation/official-docs/index_pt.htm>. Acesso em: 08 Fev. 2011.
- COMISSÃO EUROPEIA. **Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas (Versão Portuguesa)**. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas, 2001.
- CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Nova Estratégia da EU para o Desenvolvimento Sustentável**, 2006. Disponível em: <http://ec.europa.eu/sustainable/docs/renewed_eu_sds_pt.pdf>. Acesso em 8 Fev. 2006.
- DILLING, Petra F.A. Sustainability Reporting In A Global Context: What Are The Characteristics Of Corporations That Provide High Quality Sustainability Reports – An Empirical Analysis. **The International Business & Economics Research Journal**. v. 9, n.1, Janeiro, p. 19-30, 2010.
- DVORAKOYA, D. Sustainability Accountig and Reportig – Na Issue of Economic, Social anda Environmental Aspects of Business Activities. In: Annual congress of the European Accounting Association, 32., May, Finland, 2009. **Proceedings...** 2009.
- ECCLES, R. e KRZUS, M. **One Report – Integrated Reporting for a Sustainable Strategy**. Wiley, 2010.
- FERRAZ, A. **A Responsabilidade Social como Estratégia Empresarial de Desenvolvimento**. Marília: Universidade de Marília, 2007.

GIUNTA, F. The Value Relevance of Social Report. In: Annual congress of the European Accounting Association, 32., May, Finland, 2009. **Proceedings...** 2009.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Directrizes para Relatórios de Sustentabilidade.** Versão 3.0, 2007. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/4855C490-A872-4934-9E0B-8C2502622576/5288/DiretrizesG3.pdf>>. Acesso em 20 Fev. 2011.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/Home>>. Acesso em 11 Dez. 2010.

GUIDRY, Ronald P. e PATTEN, Dennis M. Market Reactions To The First-Time Issuance Of Corporate Sustainability Reports. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal.** v. 1, n. 1, p. 33-50, 2010. <http://dx.doi.org/10.1108/20408021011059214>

JIMENA, Jaquelina. Measuring your responsibilities. **Canadian Mining Journal.** June. v. 127, n. 4, p. 8, 2006.

MENDES, A. e SARDINHA, I. Eficácia dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Portuguesas. Responsabilidade Social das Organizações. **Cadernos da Sociedade e Trabalho,** n. 11, p. 11-27, 2009.

MILLER, Jim. Sustainability Development. **Oilandgasinvestor.com.** Agosto, p. 44 – 46, 2003.

ZEE, Bibi V. D. **Negócios Ecológicos.** Dorling Kindersley, Civilização Editores, Porto, 2009.

WILLIS, Michael. **Sustainability: The Leadership Difference We Must Provide.** Public Management, 2012.

ANEXOS**I – Relação entre o sector de actividade económica (CAE) e o Relatório de Sustentabilidade**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Energia	1	3	4	3	6	11	16	21
Energia-Utilities	2	4	7	8	9	12	22	20
Serviços Financeiros	0	1	6	17	25	42	49	44
Totais	3	8	17	28	40	65	87	85

II – Relação entre o CAE e o País

CAE * País	ES	AND	BR	Totais	%
Energia	9	0	17	26	23%
Energia-Utilities	9	0	13	24	21%
Serviços Financeiros	46	1	14	65	57%
Totais	64	1	44	115	100%
%	56%	1%	38%	100%	-

III - Relação entre a CAE e a Bolsa de Valores

CAE * Bolsa de Valores	Não Cotadas	Bolsa de Madrid	Bolsa de São Paulo	Totais	%
Energia	15	5	6	26	23%
Energia-Utilities	13	5	4	24	21%
Serviços Financeiros	47	8	7	65	57%
Totais	75	18	17	115	100%
%	65%	16%	15%	100%	-

IV – Relação entre a CAE e o Índice Bolsista

CAE * Índice Bolsista	IBEX 35	IBEX35 + I.Petróleo / I.Energ	IBEX35 + I.Serv. Financ / Imob	BM - I.Pet. E Energ	IBOVE SPA	ISE	IBOVE SPA + ISE	N Intrega Índice	Totais	%
Energia	1	3	0	2	0	0	2	3	11	28%
Energia-Utilities	2	3	0	1	0	0	3	0	11	28%
Serviços Financeiros	4	0	4	0	2	1	4	1	18	45%
Totais	7	6	4	3	2	1	9	4	40	100%
%	18%	15%	10%	8%	5%	3%	23%	10%	100%	

V - Relação entre a CAE e o Título do Relatório

CAE * Título de Relatório	Sustainability	CSR	R. Anual	Business Environmental Social	Outras Designações	Totais	%
Energia	12	4	5	3	2	26	23%
Energia-Utilities	20	2	0	1	1	24	21%
Serviços Financeiros	15	41	8	0	1	65	57%
Totais	47	47	13	4	4	115	100%
%	41%	41%	11%	3%	3%	100%	

VI - Relação entre os Países e os Relatórios de Sustentabilidade

PAÍS * RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	1	1	2	3	3	6	6
Espanha	5	14	22	29	43	45	48
Andorra	0	0	0	0	0	1	0
Brasil	2	2	4	8	19	35	31
Total	8	17	28	40	65	87	85
%	7%	15%	24%	35%	57%	76%	74%

VII - Relação entre os Países e o Título do Relatório

PAÍS * TÍTULO RELATÓRIO	Sustainability	Business Sustainable Development	Corporate Citizenship	Environmental	Annual Report	Corporate Social Responsibility	Business Environmental Social	Novo Banco para Nova Sociedade	Total	
Portugal	6	0	0	0	0	0	0	0	6	5%
Espanha	11	1	1	1	8	42	0	0	64	56%
Andorra	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1%
Brasil	30	0	1	0	5	4	3	1	44	38%
Total	47	1	2	1	13	47	3	1	115	-
%	41%	1%	2%	1%	11%	41%	3%	1%	-	-

VIII - Relação entre os Países e as Guidelines

PAÍS * GUIDELINES	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	G1 - G2	G1 - G2	G1 - G2 - G3	G2 - G3	G2 - G3	G1 - G3	G3
Portugal	0 - 1	0 - 1	0 - 2 - 0	2 - 1	0 - 3	0 - 6	6
Espanha	0 - 5	0 - 14	1 - 20 - 1	26 - 3	3 - 40	1 - 44	48
Andorra	0 - 0	0 - 0	0 - 0 - 0	0 - 0	0 - 0	0 - 1	0
Brasil	0 - 2	0 - 2	0 - 4 - 0	7 - 1	1 - 18	0 - 35	31

IX - Relação entre os Países e as Classificações

PAÍS * CLASSIFICAÇÃO	A+			A			B+		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Portugal	1	4	5	0	0	0	1	1	0
Espanha	35	34	44	2	7	2	1	1	0
Andorra	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Brasil	6	8	10	2	3	6	2	1	3
Total	42	46	59	4	11	8	4	3	3
PAÍS * CLASSIFICAÇÃO	B			C+			C		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Portugal	0	0	1	1	0	0	0	1	0
Espanha	2	3	0	0	0	1	0	0	0
Andorra	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brasil	1	10	4	1	0	0	5	9	6
Total	3	13	5	2	0	1	5	10	6

X - Relação entre os Países e a Entidade Certificadora

País * Entidade Certificadora	GRI						Supl.Sect - 2008	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Nº	%
Portugal	0	0	1	3	4	4	4	10%
Espanha	3	8	14	35	38	39	24	62%
Andorra	0	0	0	0	0	0	0	0%
Brasil	0	0	1	8	14	16	11	28%
Totais	3	8	15	38	42	43	39	100%
% do Total	18%	29%	38%	67%	58%	62%	46%	-

País * Entidade Certificadora	AUTOAVALIAÇÃO					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	0	0	0	0	2	2
Espanha	7	8	11	4	5	0
Andorra	0	0	0	0	1	0
Brasil	1	2	4	10	15	9
Totais	8	10	15	14	23	11
% do Total	47%	36%	38%	25%	32%	16%

País * Entidade Certificadora	TERCEIRA ENTIDADE					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	0	0	0	0	0	0
Espanha	0	1	1	4	2	7
Andorra	0	0	0	0	0	0
Brasil	0	0	0	0	2	4
Totais	0	1	1	4	4	11
% do Total	0%	4%	3%	7%	5%	16%

País * Entidade Certificadora	SEM ENTIDADE CERTIFICADORA					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	1	2	2	0	0	0
Espanha	4	5	3	0	0	2
Andorra	0	0	0	0	0	0
Brasil	1	2	3	1	4	2
Totais	6	9	8	1	4	4
% do Total	35%	32%	21%	2%	5%	6%

TOTAIS-PAÍS/ECERTIF	17	28	39	57	73	69
---------------------	----	----	----	----	----	----

XI - Relação entre a CAE e o Relatório de Sustentabilidade

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2001-2008
Energia	1	3	4	3	6	11	16	21	20
Energia-Utilities	2	4	7	8	9	12	22	20	18
Serviços Financeiros	0	1	6	17	25	42	49	44	44
Totais	3	8	17	28	40	65	87	85	82

XII - Relação entre a CAE e o Título do Relatório

CAE * Título de Relatório	Sustainability	CSR	R. Anual	Business Environmental Social	Outras Designações	Totais	%
Energia	12	4	5	3	2	26	23%
Energia-Utilities	20	2	0	1	1	24	21%
Serviços Financeiros	15	41	8	0	1	65	57%
Totais	47	47	13	4	4	115	100%
%	41%	41%	11%	3%	3%	100%	

XIII - Relação entre a CAE e as *Guidelines*

CAE * Guidelines	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	G1 - G2	G1 - G2	G1 - G2	G1 - G2 - G3	G2 - G3	G2 - G3	G1 - G3	G3
Energia	0 - 1	0 - 3	0 - 4	0 - 3 - 0	6 - 0	0 - 11	0 - 16	21
Energia-Utilities	1 - 1	0 - 4	0 - 7	0 - 7 - 1	7 - 2	0 - 12	0 - 22	20
Serviços Financeiros	0 - 0	0 - 1	0 - 6	1 - 16 - 0	22 - 3	4 - 38	1 - 48	44

XIV - Relação entre a CAE e as Classificações

CAE * Classificação	A+			A			B+		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Energia	4	4	11	1	3	2	3	0	2
Energia-Utilities	7	9	10	1	2	3	1	2	0
Serviços Financeiros	31	33	38	2	6	3	0	1	1
Totais	42	46	59	4	11	8	4	3	3

CAE * Classificação	B			C+			C		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Energia	0	5	1	1	0	0	1	1	2
Energia-Utilities	1	2	2	1	0	1	1	7	4
Serviços Financeiros	2	6	2	0	0	0	3	2	0
Totais	3	13	5	2	0	1	5	10	6

XV - Relação entre a CAE e a Entidade Certificadora

CAE * Entidade Certificadora	GRI							Supl.Sect - 2008	
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Nº	%
Energia	0	0	1	1	6	7	12	0	0
Energia-Utilities	2	3	2	4	8	15	14	8	40%
Serviços Financeiros	0	0	5	11	32	34	33	31	70%
Totais	2	3	8	16	46	56	59	39	46%
% do Total	25%	18%	29%	40%	71%	64%	69%	46%	-

CAE * Entidade Certificadora	AUTOAVALIAÇÃO						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Energia	1	2	1	3	4	6	4
Energia-Utilities	1	3	3	3	2	5	4
Serviços Financeiros	0	3	6	9	8	12	3
Totais	2	8	10	15	14	23	11
% do Total	25%	47%	36%	38%	22%	26%	13%

CAE * Entidade Certificadora	TERCEIRA ENTIDADE						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Energia			0	0	0	0	2
Energia-Utilities			1	1	2	2	2
Serviços Financeiros			0	0	2	2	7
Totais	0	0	1	1	4	4	11
% do Total	0%	0%	4%	3%	6%	5%	13%

CAE * Entidade Certificadora	SEM ENTIDADE CERTIFICADORA						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Energia	2	2	1	2	1	3	3
Energia-Utilities	1	1	2	1	0	0	0
Serviços Financeiros	1	3	6	5	0	1	1
Totais	4	6	9	8	1	4	4
% do Total	50%	35%	32%	20%	2%	5%	5%

TOTAIS - CAE/ECERTIF	8	17	28	40	65	87	85
----------------------	---	----	----	----	----	----	----

XVI - Relação entre a Bolsa de Valores e o Relatório de Sustentabilidade

Bolsa de Valores * Relatório de Sustentabilidade Anuais	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Euronext	1	1	1	2	3	3	5	5
Não Cotadas	0	2	6	14	24	42	58	50
Bolsa Madrid	1	3	8	9	9	11	12	17
Bolsa São Paulo	1	2	2	3	4	9	12	13
Total	3	8	17	28	40	65	87	85
%	3%	7%	15%	24%	35%	57%	76%	74%

XVII - Relação entre a Bolsa de Valores e o Título do Relatório

BOLSA VALORES* TITULO RELATORIO	Sustain ability	Business Sustainabl e Developm ent	Corpor ate Citizen ship	Environ mental	Annual Report	Corporat e Social Responsi bility	Businee Environ mental Social	Novo Banco para Nova Socied ade	Total	
Euronext	5	0	0	0	0	0	0	0	5	4%
Não Cotadas	27	0	0	0	6	39	3	0	75	65%
Bolsa Madrid	4	1	1	1	3	8	0	0	18	16%
Bolsa São Paulo	11	0	1	0	4	0	0	1	17	15%
Total	47	1	2	1	13	47	3	1	115	-
%	41%	1%	2%	1%	11%	41%	3%	1%	-	-

XVIII - Relação entre a Bolsa de Valores e as *Guidelines*

BOLSA DE VALORES * GUIDELINES	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	G1 - G2	G1 - G2	G1 - G2	G1 - G2 - G3	G2 - G3	G2 - G3	G1 - G3	G3
Euronext	0 - 1	0 - 1	0 - 1	0 - 2 - 0	2 - 1	0 - 3	0 - 3	5
Não Cotadas	0 - 0	0 - 2	0 - 6	1 - 13 - 0	22 - 2	3 - 39	1 - 57	50
Bolsa Madrid	1 - 0	0 - 3	0 - 8	0 - 8 - 1	8 - 1	0 - 11	0 - 12	17
Bolsa São Paulo	0 - 1	0 - 2	0 - 2	0 - 3 - 0	3 - 1	1 - 8	0 - 12	13

XIX - Relação entre a Bolsa de Valores e as Classificações

BOLSA DE VALORES * CLASSIFICAÇÃO	A+				A			B+		
	2005	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Euronext	0	1	3	4	0	0	0	1	1	0
Não Cotadas	2	28	29	33	2	9	7	2	2	3
Bolsa Madrid	1	10	9	15	0	1	0	1	0	0
Bolsa São Paulo	1	3	5	7	2	1	1	0	0	0
Total	4	42	46	59	4	11	8	4	3	3

BOLSA DE VALORES * CLASSIFICAÇÃO	B				C+			C		
	2005	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Euronext	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0
Não Cotadas	0	3	7	1	1	0	0	2	7	5
Bolsa Madrid	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0
Bolsa São Paulo	0	0	4	3	0	0	0	3	2	1
Total	1	3	13	5	2	0	1	5	10	6

XX - Relação entre a Bolsa de Valores e as Entidades Certificadoras

Bolsa de Valores * Entidade Certificadora	GRI							Supl.Sect - 2008	
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Nº	%
Euronext	0	0	0	1	3	3	3	3	8%
Não Cotadas	1	1	6	12	30	38	37	27	69%
Bolsa Madrid	1	2	2	2	9	10	13	4	10%
Bolsa São Paulo	0	0	0	1	4	5	6	5	13%
Totais	2	3	8	15	42	51	53	39	100%
% do Total	25%	18%	29%	38%	69%	62%	67%	46%	-

Bolsa de Valores * Entidade Certificadora	AUTOAVALIAÇÃO						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Euronext	0	0	0	0	0	2	2
Não Cotadas	0	3	4	8	8	15	5
Bolsa Madrid	1	4	5	5	1	1	0
Bolsa São Paulo	1	1	1	2	5	5	4
Totais	2	8	10	15	14	23	11
% do Total	25%	47%	36%	38%	23%	28%	14%

Bolsa de Valores * Entidade Certificadora	TERCEIRA ENTIDADE						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Euronext	0	0	0	0	0	0	0
Não Cotadas	0	0	0	0	3	1	6
Bolsa Madrid	0	0	1	1	1	1	3
Bolsa São Paulo	0	0	0	0	0	2	2
Totais	0	0	1	1	4	4	11
% do Total	0%	0%	4%	3%	7%	5%	14%

Bolsa de Valores * Entidade Certificadora	SEM ENTIDADE CERTIFICADORA						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Euronext	1	1	2	2	0	0	0
Não Cotadas	1	2	4	4	1	4	2
Bolsa Madrid	1	2	1	1	0	0	1
Bolsa São Paulo	1	1	2	1	0	0	1
Totais	4	6	9	8	1	4	4
% do Total	50%	35%	32%	21%	2%	5%	5%

TOTAIS- BVAL/ECERTIF	8	17	28	39	61	82	79

XVI - Relação entre o Índice Bolsista e o Relatório de Sustentabilidade

Índice Bolsista * Relatório de Sustentabilidade Anuais	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PSI 20	1	1	1	2	3	3	4	4
Índice Energ.Elétrica							1	
Não Integram índice						1	3	4
IBEX35		3	5	7	7	7	5	7
Não Aplicável		2	6	14	24	42	58	50
BM-Índ.Pet/Energia	1	1	2	1	2	2	1	2
IBEX35+Índ.Pet/Energ	1		2	2	1	3	5	5
IBEX35+BM-Índ.ServF							2	4
IBOVESPA				1		2	2	1
ISE								1
IBOVESPA + ISE		1	1	1	3	5	6	7
Total	3	8	17	28	40	65	87	85
%	3%	7%	15%	24%	35%	57%	76%	74%

XVII - Relação entre o Índice Bolsista e o Título do Relatório

ÍNDICE BOLSISTA * TÍTULO RELATORIO	Sustaina bility	Busines s Sustaina ble Develop ment	Corpor ate Citizen ship	Environ mental	Annual Report	Corpor ate Social Respon sibility	Businee Environ mental Social	Novo Banco para Nova Sociedade	Total	
PSI20	4	0	0	0	0	0	0	0	4	3%
Índice Energia Eléctrica	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1%
Não Integra nenhum Índice	4	0	0	0	0	0	0	0	4	3%
IBEX35	2	0	0	1	0	4	0	0	7	6%
Não Aplicável	27	0	0	0	6	39	3	0	75	65%

BM-ÍndicesPetroleo/Energia	1	0	1	0	0	0	0	0	2	2%
IBEX35 + BM-ÍndPetroleo/Energia	1	1	1	0	1	2	0	0	6	5%
IBEX35 + BM-ÍndServ.Financ. e Imobiliários	0	0	0	0	2	2	0	0	4	3%
IBOVESPA	1	0	0	0	1	0	0	0	2	2%
ÍndSustentabilidadeEmpresarial(ISE)	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1%
IBOVESPA + ISE	6	0	0	0	2	0	0	1	9	8%
Total	47	1	2	1	13	47	3	1	115	-
%	41%	1%	2%	1%	11%	41%	3%	1%	-	-

XVIII - Relação entre o Índice Bolsista e as *Guidelines*

ÍNDICE BOLSISTA * GUIDELINES	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	G1 - G2	G1 - G2	G1 - G2	G1 - G2 - G3	G2 - G3	G2 - G3	G1 - G3	G3
PSI 20	0 - 1	0 - 1	0 - 1	0 - 2 - 0	2 - 1	0 - 3	0 - 4	4
Índice Energ.Elétrica							0 - 1	
Não Integram índice						0 - 1	0 - 3	4
IBEX35		0 - 3	0 - 5	0 - 6 - 1	6 - 1	0 - 7	0 - 5	7
Não Aplicável		0 - 2	0 - 6	1 - 13 - 0	22 - 2	3 - 39	1 - 57	50
BM-Índ.Pet/Energia	0 - 1	0 - 1	0 - 2	0 - 1 - 0	2 - 0	0 - 2	0 - 1	2
IBEX35+Índ.Pet/Energ	1 - 0		0 - 2	0 - 2 - 0	1 - 0	0 - 3	0 - 5	5
IBEX35+BM-Índ.ServF							0 - 2	4
IBOVESPA				0 - 1 - 0		0 - 2	0 - 2	1
ISE								1
IBOVESPA + ISE		0 - 1	0 - 1	0 - 1 - 0	2 - 1	1 - 4	0 - 6	7

XIX - Relação entre o Índice Bolsista e as Classificações

ÍNDICE BOLSISTAS * CLASSIFICAÇÃO	A+				A			B+		
	2005	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
PSI 20		1	3	4				1	1	
Índice Energ.Elétrica										
Não Integram índice				1						
IBEX35	1	7	5	7						
Não Aplicável	2	28	29	33	2	9	7	2	2	3
BM-Índ.Pet/Energia		1	1	1				1		
IBEX35+Índ.Pet/Energ		3	3	4		1				
IBEX35+BM-Índ.ServF			1	4						
IBOVESPA		1	1	1						
ISE										
IBOVESPA + ISE	1	1	3	4	2	1	1			
Total	4	42	46	59	4	11	8	4	3	3

ÍNDICE BOLSISTAS * CLASSIFICAÇÃO	B				C+			C		
	2005	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
PSI 20	1				1					
Índice Energ.Elétrica									1	
Não Integram índice			1	2				1	2	1
IBEX35										
Não Aplicável		3	7	1	1			2	7	5
BM-Índ.Pet/Energia										
IBEX35+Índ.Pet/Energ			1				1			
IBEX35+BM- Índ.ServF			1							
IBOVESPA			1					1		
ISE				1						
IBOVESPA + ISE			2	1				1		
Total	1	3	13	5	2	0	1	5	10	6

XXX - Relação entre o Índice Bolsista e as Entidades Certificadoras

ÍNDICE BOLSISTA * ENTIDADE CERTIFICADORA	GRI							Supl.Sect - 2008	
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Nº	%
PSI 20				1	3	3	3	2	5%
Índice Energ.Elétrica									0%
Não Integram índice						1	1	1	3%
IBEX35	1	2	2	2	6	5	7	3	8%
Não Aplicável	1	1	6	12	30	38	37	27	69%
BM-Índ.Pet/Energia					2	1	1		0%
IBEX35+Índ.Pet/Energ					2	3	3		0%
IBEX35+BM-Índ.ServF						2	3	1	3%
IBOVESPA					1	1	1	1	3%
ISE							1	4	10%
IBOVESPA + ISE				1	2	2	2		0%
Totais	2	3	8	16	46	56	59	39	100%
% do Total	25%	18%	29%	40%	71%	64%	69%	46%	-

ÍNDICE BOLSISTA * ENTIDADE CERTIFICADORA	AUTOAVALIAÇÃO						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PSI 20						1	1
Índice Energ.Elétrica						1	
Não Integram índice					1	2	3
IBEX35	1	2	3	3	1		
Não Aplicável		3	4	8	8	15	5
BM-Índ.Pet/Energia				1			
IBEX35+Índ.Pet/Energ		2	2	1		1	

IBEX35+BM-Índ.ServF							
IBOVESPA					1	1	
ISE							
IBOVESPA + ISE	1	1	1	2	3	2	2
Totais	2	8	10	15	14	23	11
% do Total	25%	47%	36%	38%	22%	26%	13%

ÍNDICE BOLSISTA * ENTIDADE CERTIFICADORA	TERCEIRA ENTIDADE						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PSI 20							
Índice Energ.Elétrica							
Não Integram índice							
IBEX35			1	1	3		
Não Aplicável						1	6
BM-Índ.Pet/Energia							
IBEX35+Índ.Pet/Energ					1	1	2
IBEX35+BM-Índ.ServF							1
IBOVESPA							
ISE							
IBOVESPA + ISE						2	2
Totais	0	0	1	1	4	4	11
% do Total	0%	0%	4%	3%	6%	5%	13%

ÍNDICE BOLSISTA * ENTIDADE CERTIFICADORA	SEM ENTIDADE CERTIFICADORA						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PSI 20	1	1	2	2			
Índice Energ.Elétrica							
Não Integram índice							
IBEX35	1	1	1	1			
Não Aplicável	1	2	4	4	1	4	2
BM-Índ.Pet/Energia	1	2	1	1			1
IBEX35+Índ.Pet/Energ							
IBEX35+BM-Índ.ServF							
IBOVESPA			1				
ISE							
IBOVESPA + ISE							1
Totais	4	6	9	8	1	4	4
% do Total	50%	35%	32%	20%	2%	5%	5%

TOTAIS - IBOLS/ECERTIF	8	17	28	40	65	87	85
---------------------------	---	----	----	----	----	----	----